SUMÁRIO

Agradecimentos 7
Nota do autor 9
Abreviaturas 11
Prefácio da 1ª edição 31
1. Introdução 33
2. Estado e Direito 41
2.1. Estado 41
2.2. As Declarações de Direitos 42
2.3. A Constituição 43
2.4. Direito 45
2.5. Estado de Direito 46
2.6. Direitos e garantias 51
3. Formas de proteção dos direitos individuais 55
3.1. França 57
3.2. Inglaterra 61
3.3. Estados Unidos 65
3.4. México 70
3.5. *Writs* constitucionais no Brasil 77
4. *Habeas corpus* 79
4.1. Origem e fundamento legal 79
4.2. Conceito e natureza jurídica 81
4.3. Espécies: liberatório ou repressivo e preventivo 82
4.4. Legitimidade ativa 83
4.5. Legitimidade passiva — autoridade coatora 87

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.6. Condições de admissibilidade para a impetração 89
4.7. Coação ilegal 93
4.7.1. Falta de justa causa 94
4.7.2. Excesso de prazo da prisão 111
4.7.3. Incompetência do coator 117
4.7.4. Cessação do motivo da coação 118
4.7.5. Inadmissibilidade da fiança 118
4.7.6. Processo manifestamente nulo 119
4.7.7. Extinção da punibilidade 124
4.8. Restrições: estado de sítio e transgressões disciplinares 126
4.9. Competência originária e recursal 128
4.10. Impetração 132
4.11. Fungibilidade 135
4.12. Processamento 137
4.13. Nova impetração e reiteração do pedido 139
4.14. Liminar 142
4.15. Julgamento e efeitos 143
4.16. Recursos 145
5. *Habeas data* 149
5.1. Origem, fundamento e importância 149
5.2. Conceito e objeto 153
5.3. Direito a ser tutelado 155
5.4. Casos concretos de impetração 162
5.5. Autoaplicabilidade 168
5.6. Procedimento extrajudicial 169
5.7. A ação de *habeas data* 173
5.7.1. Natureza jurídica 173
5.7.2. Condições da ação 174
5.7.3. Pressupostos processuais 175
5.8. O processo de *habeas data* 176

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.8.1. Legitimidade ativa 176
5.8.2. Legitimidade passiva 179
5.8.3. Competência 181
5.8.4. Petição inicial 183
5.8.5. Notificação e informações 187
5.8.6. Liminar e tutela antecipada 187
5.8.7. Ministério Público 189
5.8.8. Sentença 189
5.8.9. Recursos 191
5.8.10. Outras questões procedimentais 193
6. Mandado de segurança individual 197
6.1. Evolução histórica e legislativa 197
6.1.1. Terminologia e origem 197
6.1.2. Período colonial — seguranças reais 198
6.1.3. Independência 199
6.1.4. Interditos 201
6.1.5. Lei n. 221, de 20-11-1894 203
6.1.6. Teoria brasileira do *habeas corpus* 204
6.1.7. Evolução legislativa 206
6.2. Conceito, objeto, espécies e caráter residual 222
6.2.1. Conceito 222
6.2.2. Objeto 224
6.2.3. Espécies: repressivo e preventivo 227
6.2.4. Caráter residual 231
6.3. Pressupostos constitucionais 232
6.3.1. Direito líquido e certo 233
6.3.1.1. Considerações preliminares 233
6.3.1.2. Conceito e características 234
6.3.1.3. Condição especial da ação 238
6.3.1.4. Prova dos fatos 241
6.3.2. Ilegalidade e abuso de poder 245

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.3.3. Ato de autoridade e autoridade responsável..... 248
6.3.3.1. Conceito e identificação..... 248
6.3.3.2. Equiparação 250
6.3.3.3. Autoridade federal 254
6.3.3.4. Delegação do ato..... 257
6.3.3.5. Atos do Executivo, Legislativo e Judiciário 258
6.3.3.6. Atos de dirigentes de estabelecimento de ensino 260
6.3.3.7. Atos de gestão comercial..... 262
6.3.4. Omissão da autoridade 269
6.4. Restrições à impetração..... 270
6.4.1. Ato de que caiba recurso administrativo e esgotamento das vias administrativas..... 271
6.4.2. Ato judicial..... 276
6.4.2.1. Noções preliminares e evolução histórica. 276
6.4.2.2. Juizados Especiais..... 292
6.4.2.3. Justiça do Trabalho..... 295
6.4.2.4. Terceiro prejudicado..... 297
6.4.3. Coisa julgada..... 298
6.4.4. Arbitragem..... 300
6.4.5. Ato disciplinar..... 304
6.4.6. Lei em tese 308
6.4.7. Deliberações legislativas 310
6.4.7.1. Atos *interna corporis* do Poder Legislativo..... 311
6.4.7.2. Processo legislativo 312
6.4.8. Mérito do ato administrativo 316
6.5. O mandado de segurança e os diversos ramos do Direito 317
6.5.1. Direito administrativo 318
6.5.2. Direito tributário..... 318
6.5.2.1. Hipóteses genéricas de cabimento da segurança..... 319

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.5.2.2. Impetração preventiva 323
6.5.2.3. Compensação tributária 324
6.5.2.4. Consulta fiscal 326
6.5.3. Direito penal e processual penal 327
6.5.4. Direito do trabalho e processo do trabalho 334
6.5.5. Direito processual civil — aplicação subsidiária do CPC ao mandado de segurança 340
6.6. Interpretação 345
6.7. A ação de mandado de segurança 351
6.7.1. Natureza jurídica 351
6.7.2. Condições da ação 358
6.7.2.1. Possibilidade jurídica do pedido 359
6.7.2.2. Legitimidade: ordinária, concorrente e extraordinária 360
6.7.2.3. Interesse 367
6.7.3. Pressupostos processuais 368
6.7.4. Indeferimento, carência, concessão e denegação.. 370
6.7.5. Desistência da ação 373
6.8. O processo de mandado de segurança 376
6.8.1. Evolução normativa 376
6.8.2. Partes 378
6.8.2.1. Impetrante 379
6.8.2.2. Impetrado — autoridade coatora 385
6.8.2.3. Sujeito passivo 394
6.8.2.4. Ministério Público 398
6.8.2.5. Litisconsórcio 409
6.8.2.5.1. Conceito e espécies. 409
6.8.2.5.2. Litisconsórcio ativo 411
6.8.2.5.3. Litisconsórcio passivo 416
6.8.2.5.4. Litisconsórcio necessário 421
6.8.2.5.5. Litisconsórcio passivo entre juiz e terceiro 424

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.8.2.6. Assistência 426
6.8.2.7. Intervenção de terceiros..... 430
6.8.3. Competência 432
6.8.3.1. Noções preliminares 432
6.8.3.2. Conexão e continência 436
6.8.3.3. Supremo Tribunal Federal 437
6.8.3.4. Superior Tribunal de Justiça 440
6.8.3.5. Justiça Federal 440
6.8.3.6. Justiça Eleitoral e Justiça Militar. 444
6.8.3.7. Justiça do Trabalho 447
6.8.3.8. Justiça Estadual..... 448
6.8.3.9. Juizados Especiais..... 450
6.8.4. Meios de impetração 458
6.8.4.1. Petição escrita, telegrama, radiograma, *fax* ou outro meio eletrônico 458
6.8.4.2. Lei n. 9.800/99 (*fax*) 462
6.8.4.3. Lei n. 10.259/2001 (Juizados Especiais da Justiça Federal) 466
6.8.4.4. Medida Provisória n. 2.200-2/2001 (ICP-Brasil)..... 466
6.8.4.5. Lei n. 11.419/2006 (informatização do processo judicial) 471
6.8.4.6. Lei n. 12.016/2009 (mandado de segurança) 477
6.8.5. Petição inicial 480
6.8.5.1. Requisitos..... 480
6.8.5.2. Causa de pedir..... 481
6.8.5.3. Valor da causa 490
6.8.5.4. Emenda ou aditamento..... 496
6.8.5.5. Do despacho inicial do juiz 499
6.8.5.6. Indeferimento da inicial 501
6.8.6. Notificação, citação, informações e revelia..... 504

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.8.7. Liminar 513
6.8.7.1. Tutelas de urgência 514
6.8.7.2. Evolução legislativa e fundamento jurídico 516
6.8.7.3. Natureza jurídica 518
6.8.7.4. Requisitos e objeto 521
6.8.7.5. Concessão de ofício 522
6.8.7.6. Competência 523
6.8.7.7. Multa diária por descumprimento 524
6.8.7.8. Comunicações pela autoridade coatora no caso de concessão 525
6.8.7.9. Recursos do deferimento ou indeferimento da liminar 527
6.8.7.10. Restrições normativas à concessão da liminar 531
6.8.7.11. Exigência de caução 543
6.8.7.12. Perempção e caducidade 548
6.8.7.13. Revogação e cassação 551
6.8.7.14. Prazo de eficácia da liminar 552
6.8.7.15. Denegação da segurança pela sentença e liminar 553
6.8.7.16. Prioridade de julgamento 555
6.8.7.17. Responsabilidade civil e liminar 557
6.8.7.18. Tutela antecipada 558
6.8.8. Suspensão da segurança: liminar e sentença 566
6.8.8.1. Legislação, histórico e amplitude 566
6.8.8.2. Legitimidade e prazo para requerer 569
6.8.8.3. Natureza jurídica e requisitos 572
6.8.8.4. Competência 574
6.8.8.5. Pedido inicial de suspensão e recurso 575
6.8.8.6. Novo pedido de suspensão 577
6.8.8.7. Oitiva do Ministério Público 578
6.8.8.8. Autonomia entre o agravo da liminar e o pedido de suspensão 579

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.8.8.9. Efeito suspensivo liminar e suspensão coletiva 580
6.8.8.10. Prazo de eficácia da suspensão..... 581
6.8.8.11. Constitucionalidade da suspensão..... 583
6.8.9. Prazo para impetração..... 586
6.8.9.1. Natureza jurídica do prazo..... 587
6.8.9.2. Características do prazo 592
6.8.9.3. Constitucionalidade do prazo..... 600
6.8.9.4. Inconstitucionalidade do prazo 602
6.8.10. Férias forenses 616
6.8.11. Sucumbência..... 620
6.8.11.1. Despesas..... 621
6.8.11.2. Honorários advocatícios 622
6.8.11.3. Litigância de má-fé 632
6.8.12. Sentença 634
6.8.12.1. Generalidades 634
6.8.12.2. Proferida desde logo: art. 285-A do CPC 637
6.8.12.3. Coisa julgada 638
6.8.12.4. Perda do objeto 641
6.8.13. Recursos 642
6.8.13.1. Noções preliminares 642
6.8.13.2. Recurso voluntário e *ex officio*..... 647
6.8.13.3. Legitimidade recursal 649
6.8.13.4. Fungibilidade recursal 653
6.8.13.5. Prazos..... 655
6.8.13.6. Recurso principal e adesivo 658
6.8.13.7. Espécies 658
6.8.13.7.1. Apelação 659
6.8.13.7.2. Agravo..... 662
6.8.13.7.3. Embargos de declaração 667
6.8.13.7.4. Recurso ordinário..... 668

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.8.13.7.5. Embargos de divergência... 673
6.8.13.7.6. Embargos infringentes 674
6.8.13.7.7. Recurso especial 677
6.8.13.7.8. Recurso extraordinário..... 680
6.8.13.8. Uniformização da jurisprudência..... 685
6.8.13.8.1. Generalidades..... 685
6.8.13.8.2. Súmulas do Supremo Tribunal Federal..... 688
6.8.13.8.3. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça..... 691
6.8.13.8.4. Súmulas do Tribunal Federal de Recursos 691
6.8.14. Execução 692
6.8.14.1. Características 692
6.8.14.2. Execução provisória 694
6.8.14.3. Efeitos patrimoniais pretéritos 699
6.8.14.4. Sanções..... 702
6.8.15. Direito intertemporal 706
7. Mandado de segurança coletivo 709
7.1. Objetivo do instituto 710
7.2. Autonomia ou vinculação com a segurança tradicional 711
7.3. Autoaplicabilidade..... 714
7.4. Pressupostos constitucionais 717
7.5. Objeto 719
7.5.1. Direitos e interesses..... 720
7.5.2. Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos..... 722
7.5.3. Defesa jurídica..... 725
7.6. Impetração preventiva..... 741
7.7. Restrições à impetração 743
7.8. Hipóteses de cabimento 746
7.9. O processo do mandado de segurança coletivo 750

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

7.10. Legitimidade ativa 752
7.10.1. Associação, entidade de classe e organização sindical 753
7.10.1.1. Fundamento e características 753
7.10.1.2. Autorização dos filiados 756
7.10.1.3. Delimitação e discriminação dos beneficiários 762
7.10.1.4. Legitimação concorrente e disjuntiva .. 769
7.10.1.5. Impetração por entidades variadas 770
7.10.1.6. Constituição ânua 771
7.10.1.7. Pertinência temática 774
7.10.2. Partido político: alcance da legitimação 775
7.10.3. Enumeração taxativa do art. 5º, LXX, da CF e Ministério Público 782
7.10.4. Dúvida sobre a legitimidade e perda da legitimidade 790
7.11. Litisconsórcio ativo e assistência litisconsorcial 791
7.12. Competência 792
7.13. Litispendência 793
7.14. Liminar 797
7.15. Coisa julgada 800
7.16. Recurso obrigatório 807
7.17. Execução 807
8. Quadro comparativo: Lei n. 12.016/2009 e legislação anterior 809

Referências bibliográficas 817
Índice Alfabético e Remissivo 841

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br